

ESCREVA SEU NOME



CFESS
CONSELHO FEDERAL
DE SERVIÇO SOCIAL

Gestão “Que nossas vozes
ecoem vida-liberdade”
(2023-2026)

**SIGA O CFESS
NAS PRINCIPAIS
REDES SOCIAIS!**

@CfessOficial



PLANNER 2026

ASSISTENTE SOCIAL

**RADICALIDADE
DEMOCRÁTICA
E SERVIÇO SOCIAL**

Planejador mensal
inspirado na **Agenda
2026 Assistente Social**,
com o calendário de
lutas do Serviço Social
brasileiro, para auxiliar na
organização das tarefas e
compromissos cotidianos!
Use seu celular para
escanear o QR code e ter
acesso a textos e outros
extratos da Agenda!



PLANEJADOR 2026 ASSISTENTE SOCIAL

RADICALIDADE DEMOCRÁTICA E SERVIÇO SOCIAL



APRESENTAÇÃO

DIRETORIA

Presidenta: Kelly Melatti (SP)
Vice-presidenta: Marciângela Gonçalves (AL)
1ª Secretária: Emilly Marques (ES)
2ª Secretária: Alana Barbosa Rodrigues (TO)
1º Tesoureiro: Agnaldo Engel Knevez (RS)
2º Tesoureira: Larissa Gentil Lima (MT)

CONSELHO FISCAL

Jussara de Lima Ferreira (RJ)
Angelita Rangel Ferreira (MG)
Elaine Amazonas Alves dos Santos (BA)

REALIZAÇÃO

Comissão de Comunicação CFESS
Emilly Marques (coordenação),
Alana Rodrigues, Angelita Rangel,
Iara Santana e Kelly Melatti

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E REVISÃO DE TEXTOS

Diogo Adjuto - JP/DF 7823
Rafael Werkema - JP/MG 11732

*As ilustrações da capa e das divisórias da Agenda 2025 são recortes digitais e fotomontagens de Rafael Werkema, a partir de pesquisa iconográfica em banco de imagens (Freepik) e de imagens criadas por meio de inteligência artificial generativa (Discord). O resultado final de todas as ilustrações contém recriações, montagens e outros tipos de intervenções gráficas (vetorização, recortes digitais, desenhos livres) do designer, para que as mesmas dialogassem diretamente com o conteúdo editorial da Agenda.

FALE CONOSCO

SHS Quadra 6 - Bloco E - 20º andar
CEP: 70322-915 - Brasília - DF
Fone + 55 (61) 3223-1652
cfess@cfess.org.br - www.cfess.org.br

**SIGA O CFESS
NAS PRINCIPAIS
REDES SOCIAIS!**

@CfessOficial



Imprima este planejador para organizar seus compromissos diários! Ele está formatado em A4 (paisagem)

SUPLENTE

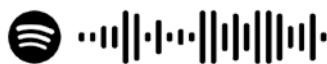
Ubiratan de Souza Dias Junior (SP)
Mirla Cisne Álvaro (RN)
Karen Albini (PR)
Tales Willyan Fornazier Moreira (MG)
Adriana Soares Dutra (RJ)
Iara Vanessa Fraga de Santana (CE)
Raquel Ferreira de Alvarenga (PB)

PROJETO EDITORIAL, ELABORAÇÃO DE TEXTOS, ORGANIZAÇÃO E SELEÇÃO DE CONTEÚDO (INCLUSIVE FILMES, MÚSICAS E TRECHOS)

Ivanete Salete Boschetti

PROJETO GRÁFICO, EDITORAÇÃO ELETRÔNICA E ILUSTRAÇÕES*

Rafael Werkema com colaboração de Lorena Lima (estagiária sob supervisão)



Abra o tocador "Spotify" no celular, vá em "buscar" no aplicativo e, no canto superior direito, clique na câmera para escanear este código!



Disponibilizamos também o planejador para computador e fundos de tela!

Olá, assistente social! O planejador 2026 chegou! O material é um extrato da Agenda produzida anualmente para a categoria e tem o intuito de contribuir para fortalecer e dar visibilidade ao Serviço Social e seu projeto ético-político.

Você pode imprimir este material ou utilizá-lo na versão digital (computador) e, além do acesso ao conteúdo teórico-político produzido para a Agenda Assistente Social 2026, você tem em mãos uma publicação prática, para agendar seus compromissos mensais e conhecer as datas de lutas.

A Agenda Assistente Social 2026 convida a viver a vida com radicalidade democrática, não como um simples instrumento organizativo do trabalho, mas como expressão cotidiana de sensibilidade e compromisso ético-político. Essa radicalidade insurgente, inspirada em Rosa Luxemburgo e nos ensinamentos zapatistas, impulsiona a luta por um mundo livre de exploração e opressões, no qual caibam todos os mundos e floresçam igualdade, diversidade e liberdade. É o chamado para romper o conformismo e o fatalismo histórico, reafirmando a potência transformadora da ação humana.

A agenda parte da compreensão de que não existe democracia neutra. A democracia burguesa, cada vez mais capturada pela lógica do capital, da desinformação e da desigualdade, esvazia-se de sentido emancipatório. Frente à ascensão da extrema direita e à crise estrutural do capital, torna-se urgente fortalecer uma democracia radical, movida pelas lutas populares e pelo horizonte socialista. É impossível defender a democracia sem defender, ao mesmo tempo, o movimento socialista e a emancipação da classe trabalhadora.

Essa radicalidade democrática atravessa o Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social, que inspira a construção de uma democracia popular. A Agenda 2026 procura traduzir esses princípios em conteúdo e estética: suas páginas reúnem textos originais, além de leituras, músicas, filmes, poesia e arte, que dialogam com a memória da luta política. O projeto gráfico, inspirado na arte urbana, nos lambes e cartazes revolucionários, combina nos traços de estêncil com diversas linhas artísticas para criar uma colagem visual de resistência e diversidade. Com cores intensas e tipografia militante, a agenda pulsa liberdade e convida:

'BORA' VIVER A VIDA COM RADICALIDADE DEMOCRÁTICA?

**Conselho Federal de Serviço Social
(CFESS)**

**Gestão 2023-2026 - Que nossas vozes
ecom vida-liberdade**

PLANEJADOR 2026

ASSISTENTE SOCIAL

RAZÃO DE DEMOCRÁTICA

E SERVIÇO SOCIAL



CALENDÁRIO 2026

JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL
S T Q Q S S D	S T Q Q S S D	S T Q Q S S D	S T Q Q S S D
6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31	3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28	3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31	7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30
MAYO	JUNHO	JULHO	AGOSTO
S T Q Q S S D	S T Q Q S S D	S T Q Q S S D	S T Q Q S S D
5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31	2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30	7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31	4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31
SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
S T Q Q S S D	S T Q Q S S D	S T Q Q S S D	S T Q Q S S D
1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30	6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31	3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31

1º JAN Confraternização Universal | 4 MAR Carnaval | 18 ABRIL Paixão de Cristo | 21 ABRIL Tiradentes |
1º MAIO Dia do/a Trabalhador/a | 19 JUNHO Corpus Christi | 7 SET Independência | 12 OUT N. Sra.
Aparecida | 2 NOV Finados | 15 NOV Procl. República | 20 NOV Consciência Negra | 25 DEZ Natal

JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL
S T Q Q S S D	S T Q Q S S D	S T Q Q S S D	S T Q Q S S D
4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31	5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30
MAYO	JUNHO	JULHO	AGOSTO
S T Q Q S S D	S T Q Q S S D	S T Q Q S S D	S T Q Q S S D
3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31	7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30	5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31	2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31
SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
S T Q Q S S D	S T Q Q S S D	S T Q Q S S D	S T Q Q S S D
6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30	4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31

1º JAN Confraternização Universal | 9 FEV Carnaval | 26 MAR Paixão de Cristo | 21 ABRIL Tiradentes |
1º MAIO Dia do/a Trabalhador/a | 27 MAIO Corpus Christi | 7 SET Independência | 12 OUT N. Sra.
Aparecida | 2 NOV Finados | 15 NOV Procl. República | 20 NOV Consciência Negra | 25 DEZ Natal

JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO
S T Q Q S S D	S T Q Q S S D	S T Q Q S S D
5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31	2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28	2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31
ABRIL	MAYO	JUNHO
S T Q Q S S D	S T Q Q S S D	S T Q Q S S D
6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30	4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO
S T Q Q S S D	S T Q Q S S D	S T Q Q S S D
6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31	3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31	7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30
OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
S T Q Q S S D	S T Q Q S S D	S T Q Q S S D
5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31	2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30	7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31

FERIADOS

1º JAN (QUARTA) Confraternização Universal
17 FEV (TERÇA) Carnaval
3 ABRIL (SEXTA) Paixão de Cristo
21 ABRIL (TERÇA) Tiradentes
1º MAIO (SEXTA) Dia do/a Trabalhador/a
4 JUN (QUINTA) Corpus Christi

7 SET (SEGUNDA) Independência
12 OUT (SEGUNDA) Nossa Senhora da Aparecida
2 NOV (SEGUNDA) Finados
15 NOV (DOMINGO) Proclamação da República
20 NOV (SEXTA) Consciência Negra
25 DEZ (SEXTA) Natal

SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO	DOMINGO
			01	02	03	04
05	06	07	08	09	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	



CALENDÁRIO DE LUTAS

01 Confraternização Universal

07 Dia da Liberdade Religiosa / Liberdade de Culto

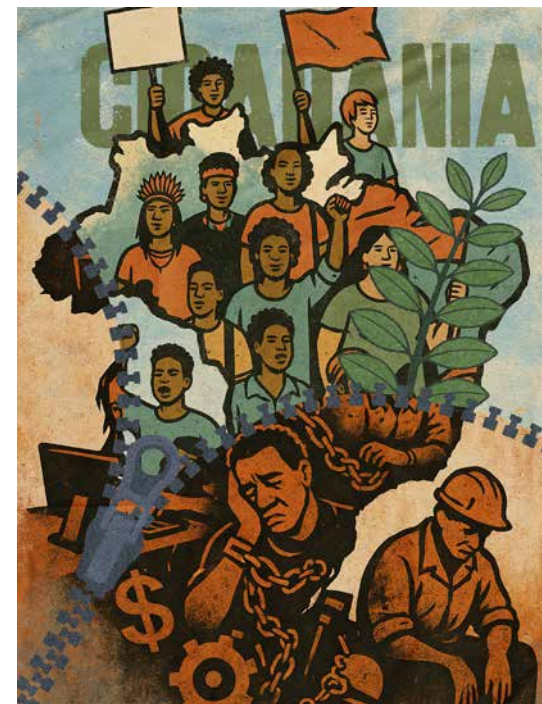
09 Aniversário da Lei 10.639/2003, que inclui na Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”

21 Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa

24 Comemoração da Lei Eloi Chaves (1923), marco da Previdência Social no Brasil, e fundação do MST

28 Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo contemporâneo

29 Dia Nacional da Visibilidade Trans



CALENDÁRIO DE LUTAS

- 07** Dia Internacional dos Povos Indígenas
- 17** Carnaval
- 24** Aniversário da conquista do voto feminino no Brasil
- 28** Dia Internacional e Nacional das Pessoas com Doenças Raras

SEGUNDA

TERÇA

QUARTA

QUINTA

SEXTA

SÁBADO

DOMINGO

02

03

04

05

06

07

08

09

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

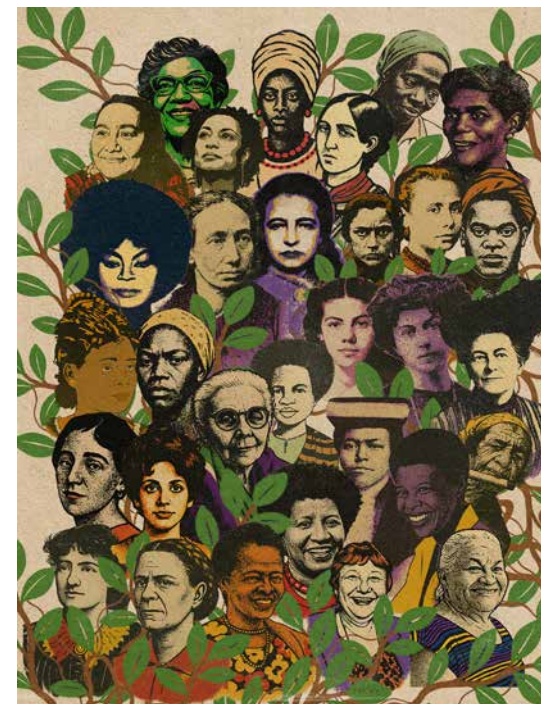
24

25

26

27

28



CALENDÁRIO DE LUTAS

08 Dia Internacional de luta das Mulheres

13 Aniversário do Código de Ética da(o) Assistente Social

14 Assassinato de Marielle Franco (no RJ a data é conhecida como – “Dia Marielle Franco de Luta contra o Genocídio da Mulher Negra”)

21 Dia Internacional da Eliminação da Discriminação Racial e Dia Internacional da Síndrome de Down

30 Dia Mundial da Juventude

SEGUNDA

TERÇA

QUARTA

QUINTA

SEXTA

SÁBADO

DOMINGO

02

03

04

05

06

07

01

08

09

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

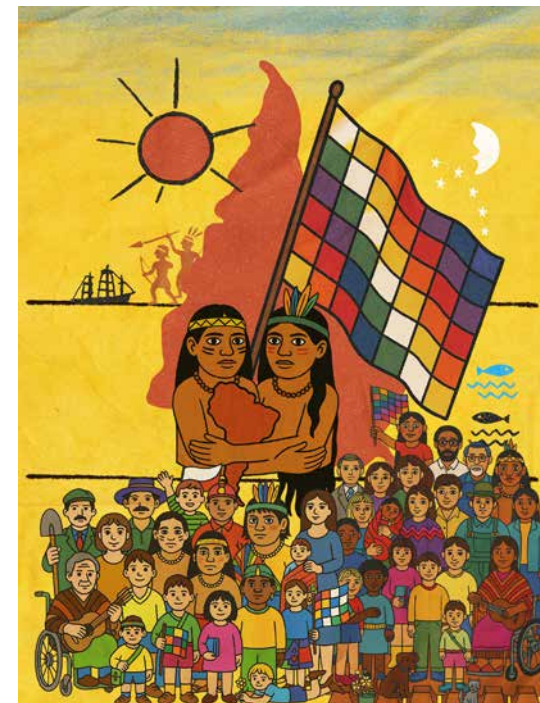
SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO	DOMINGO
		01	02	03	04	05
06	07	08	09	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30			



CALENDÁRIO DE LUTAS

- 02** Dia de Conscientização sobre o Autismo
- 03** Feriado Paixão de Cristo
- 06** Aniversário da Política Nacional de Saúde Mental (lei 10.216/2001)
- 07** Dia Mundial da Saúde
- 08** Dia Nacional do Sistema Braille
- 17** Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária e Dia Internacional das Lutas Camponesas
- 19** Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas
- 21** Feriado Tiradentes
- 24** Dia Nacional da Libras
- 27** Dia Nacional da Trabalhadora Doméstica
- 28** Dia Mundial da Educação

SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO	DOMINGO
				01	02	03
04	05	06	07	08	09	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	31



CALENDÁRIO DE LUTAS

01 Dia Internacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras

02 Dia Nacional de Combate ao Assédio Moral

15 Parabéns! Dia da/o Assistente Social

17 Dia internacional de Combate à LGBTQIA+fobia

18 Dia internacional da Luta Antimanicomial e Dia Nacional de Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual Infanto-Juvenil

24 Dia Nacional dos Povos Ciganos

25 Dia do(a) Trabalhador(a) Rural

28 Dia Mundial da Saúde da Mulher e Dia Nacional de Redução da Mortalidade Materna

SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO	DOMINGO
01	02	03	04	05	06	07
08	09	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30					



CALENDÁRIO DE LUTAS

- 04 Feriado Corpus Christi
- 05 Dia Mundial do Meio Ambiente
- 07 Aniversário da Lei 8.662/93 que Regulamenta a Profissão de Assistente Social
- 12 Dia Mundial de Enfrentamento ao Trabalho Infantil
- 15 Dia Mundial de Enfrentamento à Violência contra a Pessoa Idosa
- 18 Dia do Orgulho Autista
- 20 Dia Mundial da(o)s Refugiada(o)s
- 21 Dia Internacional Da Educação Não Sexista
- 26 Dia Internacional De luta contra a Tortura
- 28 Dia Mundial do Orgulho LGBTQIA+

SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO	DOMINGO
		01	02	03	04	05
06	07	08	09	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	31		



CALENDÁRIO DE LUTAS

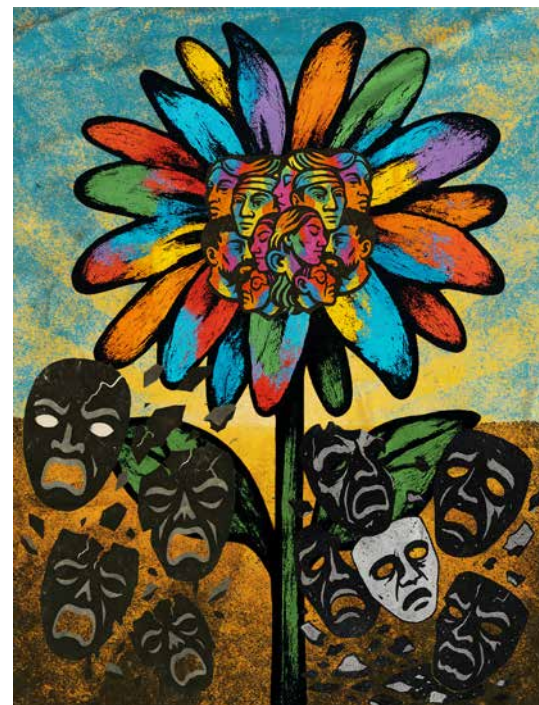
06 Aniversário de Promulgação da Lei Brasileira de Inclusão (LBI) da Pessoa com Deficiência (2015)

13 Aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (1990)

14 Dia Mundial da Liberdade de Pensamento

25 Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha.

SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO	DOMINGO
					01	02
03	04	05	06	07	08	09
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						



CALENDÁRIO DE LUTAS

07 Aniversário da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06)

09 Dia Internacional de luta dos Povos Indígenas

12 Dia de Luta contra a Violência no Campo

19 Dia de Luta do Movimento Nacional Da População em Situação de Rua e Dia Nacional do Orgulho Lésbico

29 Dia Nacional da Visibilidade Lésbica

30 Dia de Conscientização sobre Esclerose Múltipla



CALENDÁRIO DE LUTAS

06 Dia internacional de luta pela igualdade das mulheres

07 Independência do Brasil e Dia do Grito dos(as) Excluídos(as)

19 Congresso da Virada (realizado em São Paulo, de 19 a 23 de setembro de 1979)

21 Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência

23 Dia Internacional Contra a Exploração Sexual e o Tráfico de Mulheres e Crianças

26 Dia Nacional da Pessoa Surda

28 Dia Latino-Americano e Caribenho pela Descriminalização e Legalização do Aborto

SEGUNDA

TERÇA

QUARTA

QUINTA

SEXTA

SÁBADO

DOMINGO

01

02

03

04

05

06

07

08

09

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

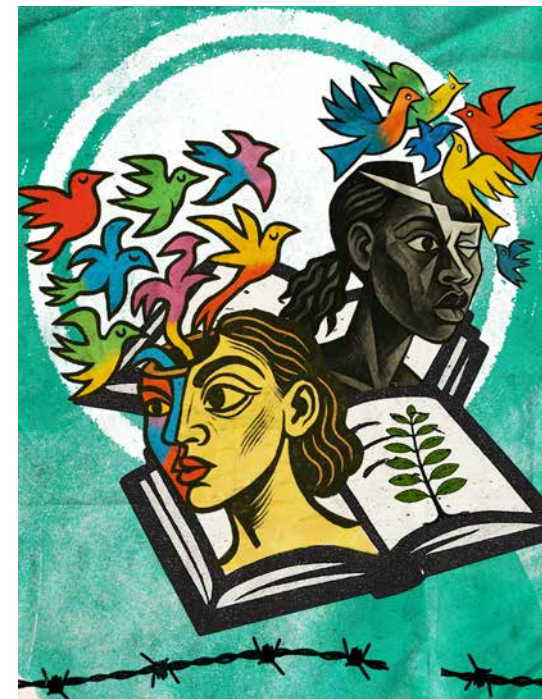
26

27

28

29

30



CALENDÁRIO DE LUTAS

- 01** Dia Nacional da Pessoa Idosa e Aniversário do Estatuto da Pessoa Idosa (lei 10.741/2003)
- 04** Eleições
- 05** Aniversário da Constituição Cidadã
- 10** Dia Nacional de Luta Contra a Violência à Mulher e Dia Mundial da Saúde Mental
- 11** Dia Internacional da Menina
- 12** Feriado de Nossa Senhora Aparecida
- 15** Dia da Professora e do Professor
- 17** Dia Internacional Para Erradicação da Pobreza
- 28** Dia da Servidora e do Servidor Público

SEGUNDA

TERÇA

QUARTA

QUINTA

SEXTA

SÁBADO

DOMINGO

01

02

03

04

05

06

07

08

09

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

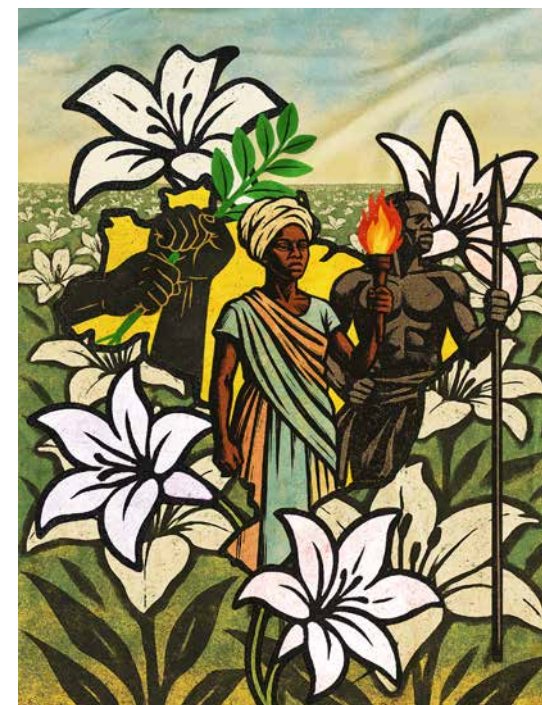
28

29

30

31

SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO	DOMINGO
						01
02	03	04	05	06	07	08
09	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30						



CALENDÁRIO DE LUTAS

02 Feriado de Finados

04 Dia da Favela

15 Feriado de Proclamação da República

20 Dia da Consciência Negra e Dia Nacional de Zumbi dos Palmares

25 Dia Internacional de luta contra a Violência à Mulher



CALENDÁRIO DE LUTAS

- 01** Dia Mundial de Luta contra a Aids
- 03** Dia Internacional da Pessoa com Deficiência e Dia de combate ao uso dos agrotóxicos
- 07** Aniversário da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS (1993)
- 10** Dia Internacional dos Direitos Humanos
- 19** Aniversário do Estatuto dos Povos Indígenas
- 25** Feriado do Natal

SEGUNDA

TERÇA

QUARTA

QUINTA

SEXTA

SÁBADO

DOMINGO

01

02

03

04

05

06

07

08

09

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

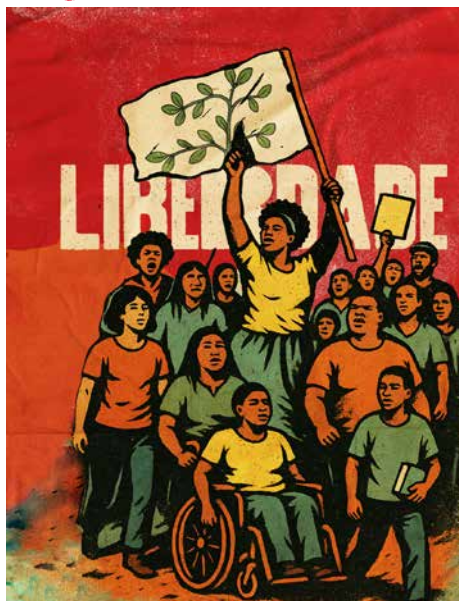
28

29

30

31

JANEIRO



O novo ano se abre com um chamado para vivermos e defendermos a liberdade, esse valor ético central em nossa profissão. Não a liberdade das concepções metafísicas, nem a liberdade da moral liberal individualista. Mas a liberdade “como processo real de vida” (Marx & Engels, A Ideologia Alemã), como a criação, por homens e mulheres, de condições objetivas e subjetivas que possibilitem a cada pessoa o desenvolvimento de suas mais profundas aptidões, capacidades e possibilidades criadoras.

Trata-se de uma liberdade que não se materializa descolada das condições materiais da vida, mas é por ela determinada. Por isso, o pleno e livre

desenvolvimento de cada indivíduo não será alcançado nos marcos da sociabilidade do capital, mas a “liberdade caça jeito” (Manoel de Barros), vai se entranhando no cotidiano, e nos incita a forjar a autonomia política necessária em defesa das liberdades democráticas de pensamento, de organização, de expressão, de orientação sexual, de profissão de fé.

É a liberdade que pulsa em nossas bandeiras de luta e nos movimenta para mudar as condições objetivas e subjetivas que oprimem, exploram e ceifam a autonomia pessoal e profissional. É a liberdade que nos impele a nos compromissar e mediar o mais amplo, igualitário e universal acesso aos direitos da classe trabalhadora, necessário à garantia da emancipação política. É a liberdade com radicalidade democrática, que não aceita e nem se curva diante do autoritarismo, da intolerância, das várias, recentes e renovadas expressões de fascismo que rondam o tempo presente.

É a liberdade que não se confunde com o embuste dos discursos “libertários” que negam o Projeto Ético Político Profissional e defendem um retorno às origens conservantistas da profissão. Ainda que nossa autonomia profissional cotidiana seja relativa e balizada pelas condições concretas e materiais da existência, é a nossa autodeterminação e organização coletiva que nos possibilitou construir uma profissão consistente em suas fundamentações teóricas críticas, consequente em seus compromissos ético-políticos humanistas e solidários, e competente em seu engajamento na defesa dos direitos humanos. Essa conquista profissional é fruto de muitas gerações que vieram antes de nós e nos desafia a oxigenar perseverantemente esse Projeto,

que é um patrimônio histórico do Serviço Social brasileiro, que se projeta no porvir, mas se nutre nas lutas e compromissos do presente.

Radicalizar a emancipação política, levando-a ao seu limite no capitalismo, clama por lutas pela liberdade, autonomia e igualdade, como mediações intransigentes para o acúmulo de forças e consciência crítica imprescindíveis para as lutas de hoje e aquelas que o futuro nos reserva. A emancipação humana só é possível quando há ruptura com as formas de sociabilidade alienantes, permitindo que todas as dimensões do ser social se desenvolvam plenamente, e é disso que trata o princípio ético da plena expansão dos indivíduos sociais.

FEVEREIRO



A cidadania possível no capitalismo corresponde ao reconhecimento legal de direitos civis, políticos e sociais pelo Estado na democracia burguesa, sendo portanto, a cidadania burguesa. Resultado das revoluções burguesas, especialmente dos séculos XVIII e XIX, sua expansão progressiva, não linear e diferenciada em cada nação foi consequência da luta de classes. Nos limites do capitalismo se apresenta como possibilidade de garantir igualdade formal entre cidadãos e cidadãs. A história mostrou que essa pretensa igualdade nunca foi alcançada na sociedade de classes.

Em sua análise crítica aos limites dos direitos no capitalismo, Marx explica que a cidadania burguesa garante apenas a emancipação política, que expressa a relação entre o Estado político republicano, ou Estado burguês, e os direitos de homens e mulheres reconhecidos como “sujeitos de direitos”. Mas, a emancipação política não liberta a classe trabalhadora das relações de subserviência aos ditames do capital e não é capaz de instituir a emancipação humana, que só será alcançada com a superação do capitalismo, quando a classe trabalhadora será verdadeiramente emancipada das forças que a subjagam e exploram.

Na particularidade do capitalismo brasileiro, a cidadania legal que temos hoje percorreu longo e sinuoso caminho, contida pela nossa formação social, marcada pelo desenvolvimento desigual e combinado, fruto da colonização e escravização, que forjaram um sistema heteropatriarcal racista. A cidadania burguesa conquistada democraticamente na Constituição Federal de 1988 foi ceifada pelas sucessivas contrarreformas destruidoras de direitos e

o que temos é uma cidadania que reproduz cotidianamente desigualdades de classe, raça/etnia, gênero, orientação sexual.

A precarização impede trabalhadores e trabalhadoras de acessarem direitos trabalhistas. O sexismo impede mulheres de acessarem os mesmos direitos, salários e condições de trabalho garantidos aos homens. O racismo impede pessoas negras de acessarem os mesmos direitos trabalhistas e previdenciários de pessoas brancas. A LGBTfobia impede pessoas lésbicas, gays, transexuais/corpos dissidentes de acessarem diversos direitos assegurados às pessoas cisgêneros, especialmente o direito a viver em segurança e sem preconceito e violência. A exploração e destruição das florestas e das águas expropriam o direito à terra e à vida dos povos originários. A aporofobia cria óbices ao acesso da classe trabalhadora urbana aos direitos à cidade, com moradia digna, água potável, segurança, educação, cultura e que deveriam ser componentes indissociáveis da cidadania. O racismo que impregna a violência policial contra a juventude negra destrói seus direitos civis de circularem livremente sem medo.

Qual cidadania vivemos se a desigualdade grita sem fazer eco e golpeia a maioria da classe trabalhadora, especialmente, mulheres, pessoas negras, LGBTQIA+? A cidadania que defendemos precisa ser radicalmente insurgente e contrária a todas as formas de exploração e opressão. A radicalidade democrática que pulsa em nossas bandeiras de luta defende forçar os limites da emancipação política no capitalismo e lutar por uma cidadania substantiva, que assegure igualdade na diversidade.

MARÇO



O aprofundamento e radicalização da democracia é um processo infundável, e enfrenta virulentas resistências materializadas no racismo, sexismo e autoritarismo de quem se opõe à igualdade substantiva. Não há democracia radical sem distribuição de riqueza socialmente produzida e socialização da participação política, e seu aprofundamento precisa caminhar junto com as lutas emancipadoras, como reivindicava Rosa Luxemburgo: “A democracia não vai sendo viável na medida em que a classe operária renuncia à sua luta emancipadora, mas, ao contrário, na medida em que o movimento socialista vai fortalecendo-se

bastante para lutar contra as consequências reacionárias da política mundial e da deserção burguesa” (Reforma ou Revolução, Expressão Popular, 2010, p. 95).

No Brasil e em todo o mundo, as mulheres têm papel decisivo nos maiores e mais intensos movimentos contra o reacionarismo, em defesa de pautas emancipatórias e pelas liberdades democráticas, a exemplo do “Feminismo para os 99%”, #MeToo, #EleNão. No Brasil, a primavera feminista levou milhares de mulheres às ruas em 2015 e, desde então, constituem as mais contundentes resistências ao avanço do neofascismo e destruição de direitos.

Historicamente, as mais importantes conquistas democráticas para as mulheres resultaram de longas e aguerridas lutas feministas: ingresso das meninas na educação básica (1827); eleição da primeira mulher para prefeita no RN (1928); direito das mulheres ao voto (1932); eleição da primeira mulher a deputada federal (1933); direito de gerenciar sua vida fértil com uso de pílulas anticoncepcionais (1960); autonomia para gerenciar os direitos civis, sem precisar de autorização do marido, como trabalhar, receber herança, comprar ou vender imóveis, assinar documentos, viajar (1962); aprovação da lei do divórcio que possibilitou a dissolução do matrimônio (1977); mudança na legislação para que a falta de virgindade deixasse de ser motivo para anular casamento (2002); Lei Maria da Penha que protege mulheres vítimas de violência (2006); Lei do Feminicídio (2015); criminalização da importunação sexual (2018); reconhecimento da violência política de gênero e raça como crime no Código

Eleitoral (2021); direito à distribuição gratuita de absorventes a estudantes, mulheres empobrecidas e presidiárias (2022); dispensa de aval do cônjuge para realizar laqueadura (2023)!

As lutas foram – e são – árduas e muitas mulheres perderam suas vidas no caminho. Algumas tem seus nomes (re) conhecidos na história, mas muitas lutaram anonimamente, outras tantas foram silenciadas e apagadas. Em cada dia desse mês que celebra o Dia Internacional da Mulher, prestamos mulheragem a mulheres libertárias, que revolucionaram seu tempo, enfrentaram o machismo e sexismo por direitos, por liberdades democráticas e pela socialização do poder e da riqueza. Em seus nomes reconhecemos as lutas de todas as mulheres que nos abriram caminhos e as que seguem caminhando por uma vida emancipada das amarras da misoginia, da violência de gênero e da exploração.

Assistentes sociais mulheres são 93% da categoria profissional e temos muitas lutas a travar com radicalidade democrática para fortalecer o feminismo popular/antirracista/marxista/classista. Esse é o convite que nos faz o Movimento MEL – Mulheres em Luta, criado em 2025, para “abalar as estruturas e contra-atacar toda política que quer nos destruir”. Com a chamada “Somos Abelhas”, o movimento afirma “Cada uma de nós carrega em si a memória de todas que vieram antes. Trabalhamos em silêncio e em coro, construindo mundos com asas firmes, corpos cansados e sonhos coletivos”.

ABRIL



Nessa perspectiva, a equidade é tão somente a igualdade oportunizada pelo mérito, pelo esforço individual na selva da competitividade mercantil. Os bens e serviços básicos devem ser mínimos e desiguais, com o único intuito de aliviar “desvantagens sociais” que possam impedir a concorrência e suas disputas no mercado. Não existe nenhum interesse em assegurar acesso universal a bens e serviços públicos, ao contrário, predomina a defesa da focalização e seletividade, em nome de equidade e justiça social, o que contradita totalmente a ideia de universalidade.

Se traveste em discursos como “universalismo básico”, “porta de saída”, “empreendedorismo responsável”, “políticas de ativação”, entre outras, que estão longe de se engajar na defesa da igualdade substantiva e socialização dos bens e riquezas apropriados privadamente e por uns poucos. É certo que os direitos jamais foram (e jamais serão) universais no capitalismo, ao inverso. Ao reproduzir as desigualdades de classe, sexo-gênero e raça-etnia, os direitos não são capazes de socializar a riqueza e romper com a lei geral da acumulação, por isso não possibilitam alcançar a emancipação humana e tampouco superar a desigualdade estrutural.

A defesa da universalidade no acesso aos direitos, bens e serviços públicos, e sua gestão democrática proclamada em nosso Código de Ética, contudo, é uma mediação fundamental para impor limites ao capital. Tem o sentido de provocar a distribuição, o mais intensa possível, da riqueza socialmente produzida por meio da ampliação de acesso ao fundo público, para fortalecer as lutas políticas, democratizar os espaços públicos e derrubar os muros da segregação, do preconceito e de todas as formas de violência e ataques aos direitos humanos e sociais.

O “abril vermelho” é mês de luta, símbolo do massacre de Eldorado dos Carajás, quando

21 trabalhadores/as sem-terra foram massacrados/as e 69 ficaram mutilados/as pela PM/PA, em 17/04/1996. Desde então, a data se tornou símbolo de luta por justiça e terra para quem nela trabalha. Anualmente, ocorre a marcha anual dos povos indígenas que lutam pelo seu território e preservação de sua cultura, a jornada dos trabalhadores e trabalhadoras que lutam pela terra, pela preservação da natureza, do ar que respiramos e da água cada vez mais contaminada pelos agrotóxicos e pela expropriação das riquezas naturais. São mobilizações que lutam pela democracia, cidadania e igualdade daqueles e daquelas que não têm direitos, e nos convocam a defender um sentido de igualdade e justiça que não se restrinja a respeitar as diferenças, mas que seja anticolonialista, antirracista, antissexista, anticapacitista e antietarista.

MAIO



Nosso projeto profissional, incrustado ética, teórica, política e institucionalmente no Código de Ética, na Lei de Regulamentação da Profissão e nas Diretrizes Curriculares dos Cursos de Serviço Social (ABEPSS, 1996), materializa os valores, princípios e compromissos construídos coletivamente nas últimas seis décadas. Está na base desse projeto profissional um processo histórico de insurgência contra o conservadorismo que orientou a profissão nas suas origens e o compromisso em construir uma profissão comprometida com os direitos e lutas da classe trabalhadora por uma transformação radicalmente social das relações capitalistas.

O conservadorismo é fermento imprescindível da reprodução do capital e seu alimento mais nutritivo, pois conserva e aprofunda a exploração de classe, sexo-gênero, raça-etnia. Portanto, só será vencido quando essa sociabilidade for superada. O conservadorismo tampouco está ausente dos meandros profissionais, seja na formação ou no trabalho cotidiano.

O Projeto Ético Político Profissional escreve e inscreve na história da nossa profissão a resistência e luta contra os valores conservadores que batalham para subordinar e confinar a profissão aos imperativos da reprodução da sociabilidade da desigualdade. Alimentado e renovado incessantemente como processo histórico dinâmico e vivo, nosso Projeto Profissional se embutiu de fundamentação teórica crítica, capaz de compreender a dinâmica da reprodução social em sua totalidade; se municiou de princípios ético-políticos humanistas, comprometidos com a solidariedade e a coletividade essencialmente sociais, e informados com todas as formas de exploração e opressões; e forjou um arcabouço técnico-operativo que não se

orienta pelo tecnicismo, mas pelo uso de instrumentos e técnicas como mediações consequentes na formação da consciência política e realização das atribuições com engajamento nas lutas sociais.

Firmemente posicionado em favor da igualdade, da liberdade e da emancipação humana, esse Projeto Profissional se irriga pelos projetos societários que almejam uma ordem social sem nenhum tipo de dominação, exploração e opressão. Em sua particularidade e implementação cotidiana, nosso Projeto Profissional se legitima e se sustenta na organização política democrática da categoria - Conjunto CFESS-CRESS e ABEPSS -, escolhida em processo amplamente participativo de sua base profissional.

Mas, especialmente, se nutre na convicção e ação de assistentes sociais que, em cada dia, tencionam a ordem nada natural das relações sociais e labutam em defesa da ampliação do acesso aos direitos da classe trabalhadora, e contra a subsunção do trabalho ao capital, em suas expressões de opressão contra as mulheres, as pessoas negras, a população LGBTQIA+, as pessoas idosas e pessoas com deficiência. A intervenção profissional e as lutas políticas precisam ser cravejadas de compromisso com a diversidade humana que nos define como indivíduos singulares inseridos na classe, à qual é infligida cotidianamente a negação de sua subjetividade e imposta a alienação de sua condição de classe trabalhadora.

JUNHO



O preconceito é uma das expressões mais absurdas e inaceitáveis do conservadorismo e do neofascismo, e nunca anda só! Anda de mãos dadas com a discriminação, intolerância, violência, hostilidade, instigados pela brutalidade e irracionalidade que negam a diversidade humana, seja por convicção ou oportunismo. O preconceito impulsiona manifestações de racismo, xenofobia, transfobia, aporofobia, machismo, etarismo, idadismo, gordofobia, capacitismo, que se concretizam no estigma a pessoas, grupos, comunidades e mesmo nacionalidades divergentes de padrões ou normas impostos arbitrariamente e de forma totalitária pelas relações de dominação capitalistas.

A igualdade substantiva no acesso à riqueza, bens e serviços socialmente produzidos, almejada nos projetos de uma sociedade humanamente emancipada, pressupõe compreender, criticar e lutar contra a exploração de classe, mas igualmente entender como se processa a unidade entre exploração e opressões, indissociáveis na estrutura das relações capitalistas. Homens e mulheres se constroem historicamente nas relações objetivas e subjetivas que estruturam suas condições de reprodução.

É nossa inserção objetiva na classe trabalhadora que determina nossa forma de acesso às mercadorias, aos bens e serviços públicos, à propriedade, saúde, alimentação, moradia, e mesmo à liberdade de escolhas, que depende das condições materiais de existência. Mas a classe trabalhadora, submetida à exploração de classe, vivencia desigualdades a estes acessos, estabelecidas pelos processos de formação social e elementos da diversidade humana, devido às suas singularidades.

Enfrentar e lutar para suprimir todas as formas de preconceito exige reconhecer que a diversidade humana está ancorada tanto nas determinações objetivas da exploração de classes, quanto na constituição subjetiva das relações sociais que particularizam as singularidades e necessidades de sexo-gênero, raça-etnia, idade, deficiência e outras. O reconhecimento e vivência plena da individualidade exige respeito e reconhecimento à diversidade humana em sua totalidade. Por isso, as lutas radicalmente democráticas e insurgentes contra todas as formas de preconceito precisam articular as opressões determinadas pela exploração de classe, pois é a totalidade estruturante das relações sociais concretas que nos

reproduzem cotidianamente como seres sociais, com nossas necessidades objetivas e subjetivas.

A desnaturalização das desigualdades, a compreensão do significado das formas contemporâneas de exploração com a invasão bárbara das tecnologias e das redes sociais que aceleram a vida cotidiana e capturam nossa subjetividade, exigem de nós radicalidade democrática para enfrentar o tempo presente. Um tempo que potencializa as diversas expressões de preconceito capitaneadas pelo neofascismo que nos ronda e nos amedronta, mas que não deve nos imobilizar, nem alimentar o conformismo. O tempo presente exige força, empenho coletivo e convicção de que só a luta muda a vida.

JULHO



Ao trabalhar para mediar o acesso a direitos e serviços nas políticas sociais, assistentes sociais se deparam com as mais degradadas condições de vida da classe trabalhadora, sem moradia, sem alimento, sem sonhos, que vivem nas ruas, em casebres, em situações de violação de direitos, que sofrem violência e racismo institucional. São tantas e tão gritantes expressões da questão social que desafiam o trabalho cotidianamente e precisam ser compreendidas na totalidade das relações sociais que determinam sua reprodução e limitam as possibilidades de sua superação.

A questão social se funda na produção social da riqueza apropriada e acumulada privadamente, que rege o imperativo capitalista de lucratividade e não a satisfação das necessidades sociais. A contradição insuperável entre as demandas e lutas por direitos da classe trabalhadora e os ditames da acumulação de capital - que impõe a mercantilização de bens e serviços - coloca a profissão no “fio da navalha” dos antagonismos de classe. Vivenciamos cotidianamente uma tensão estrutural que se agudiza em tempos de crise, de avanço do conservadorismo, de criminalização das lutas sociais, de destruição e expropriação de direitos sociais, e nos impõe novos e, também, antigos desafios.

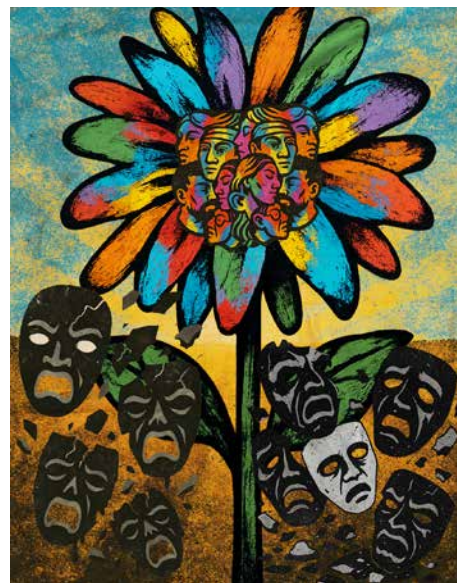
Realizar e ampliar direitos e políticas sociais caracteriza-se como um desafio cada vez mais requerido no confronto capital/trabalho, diante da exasperação das expressões da questão social, já que as políticas sociais são os principais alvos da mercantilização, da focalização, da privatização, da transformação de bens e serviços em mercadorias destinadas a manter aquecido o

consumo e a competitividade, e sofrem diretamente a ofensiva capitalista em sua permanente busca por superlucros.

O trabalho profissional é duramente tensionado com exigências institucionais para endurecer critérios de elegibilidade, estabelecer ou ampliar condicionalidades e contrapartidas, focalizar benefícios e prestações assistenciais e previdenciárias, reduzir o nível dos benefícios sociais, desenvolver ações profissionais sem as devidas condições financeiras e institucionais, transferir cuidados e proteção públicos às famílias e/ou organizações não governamentais, entre outras exigências institucionais que se distanciam dos valores e princípios do nosso projeto ético político profissional. Compreender esse dilema e situá-lo na totalidade da sociabilidade capitalista é essencial para deslindar a condição contemporânea do trabalho, dos direitos e da política social.

Assegurar qualidade na realização de competências e atribuições profissionais exige muito mais que compromisso ético, domínio e aprimoramento teórico/técnico. Esses requisitos são essenciais, mas são limitados e determinados pelas condições objetivas em que o trabalho se realiza. Os impedimentos cotidianos nos desafiam a entender as determinações sociohistóricas de conformação do trabalho profissional e das condições e limites de realização do Projeto Ético-Político Profissional, e no mesmo passo, operar no fio tenso dessa contradição, sob a bússola dos seus princípios e valores.

AGOSTO



O nonagenário Serviço Social nasceu nos anos 1936 sob o signo de uma profissão destinada a ser integracionista, reformista, voluntarista, conformista, conservadora, e viveu suas primeiras décadas enclausurado em projetos profissionais que não se colocavam perspectivas de rupturas com seus primórdios conservadores. Essa herança fez a profissão conhecer em seu cotidiano o sentido da discriminação e do preconceito, que lhe atribuíram estigmas de uma profissão pragmática, tecnicista, acrítica e não afeita a teorizações e elaborações sofisticadas no conhecimento da realidade e no deciframento das expressões da questão social como matéria de intervenção profissional.

Se alguns desses traços podem ainda persistir em intervenções profissionais individualmente, podemos nos orgulhar e afirmar que o Projeto Ético, Político e Profissional construído por muitas gerações desde a década de 1970, vem processualmente rompendo com esses traços conservadores e desmontando os pré-conceitos vividos ao longo de sua história. O Projeto que

inscrevemos nas nossas regulamentações, que estrutura a profissão e lhe dá corpo e alma, tanto na formação, quanto no exercício profissional, rompeu com estas marcas conservadoras e nos conclama a tecer compromissos com a classe trabalhadora e com as lutas por um mundo emancipado da sociabilidade que explora, oprime, e alimenta o preconceito e a violência.

O preconceito é uma erva daninha que rasteja, às vezes explícita e por vezes implicitamente, e se enraíza em suas manifestações discriminatórias de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física. O preconceito de classe dissemina ódio, estigma e discriminação por rendimento, instrução, características físicas, região/local de moradia, roupa, gosto musical e práticas culturais. O preconceito de gênero estimula o sexismo, o machismo e a LGBTfobia, o preconceito de raça e etnia provoca o racismo e a xenofobia, o preconceito religioso motiva a intolerância, o preconceito por idade e condição física provoca o etarismo e o capacitismo.

O antídoto contra essas abomináveis práticas é “não aceitar o que é de hábito como coisa natural”, como nos alerta Bertolt Brecht, é não ter medo de semear os princípios humanamente emancipatórios do nosso Projeto Ético Político anticapitalista, é reafirmar cotidianamente nosso compromisso ético e profissional com a emancipação política e a igualdade de direitos.

A série elaborada pelo CFESS “Assistente Social no Combate ao Preconceito” é um vigoroso chamamento para nos levantarmos firmemente contra todos os tipos de preconceito com radicalidade democrática, e um importante instrumento de trabalho para disputar mentes e corações e combater profissionalmente as práticas conservadoras, reiterativas, tecnicistas, de forma a deixá-las no passado remoto, como marca de uma história superada.

SETEMBRO



Setembro é o mês que marca a grande virada do Serviço Social brasileiro. A virada literal da mesa de abertura institucional, oficial e militarizada no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais em 1979 - o “Congresso da Virada” - e instauração de uma nova mesa, aliada com representações da classe trabalhadora que, naquele momento, eram a ponta de lança nas lutas pelas liberdades democráticas. Ali se materializou o compromisso histórico de ruptura com o conservadorismo profissional e o totalitarismo autocrático burguês que reinava desde o golpe empresarial-militar de 1964.

São décadas de investimento na renovação teórica, ética e política, com ousadia, coragem e compromisso com a igualdade,

a emancipação e as lutas da classe trabalhadora. Na luta de classes, nós construímos um Projeto Ético, Político e Profissional radicalmente democrático, que se soma às lutas anticapitalistas que almejam um porvir emancipatório. Registrar, celebrar e reafirmar esse que é um dos mais importantes princípios do nosso Código de Ética, nos lembra que o esquecimento e o apagamento histórico é fermento do imobilismo e da recusa da história como processo e movimento.

A memória aqui evocada é inspiração para que as lutas individuais e coletivas daqueles e daquelas que construíram essa “virada” não caiam nas “brumas” do esquecimento. Num modo de produção em que a riqueza não existe para satisfazer as necessidades sociais de trabalhadores e trabalhadoras, a nossa luta e compromisso com a emancipação deve ser incessante, persistente e recheada de mediações. Os limites impostos pela sociabilidade do capital não devem desmotivar e nem esmorecer a convicção de que as ideias e as estruturas se movem e se transformam porque são processos, mas só se tornam processos pela ação organizada de homens e mulheres que se dedicam a construir coletivamente a história e a investir na mudança das condições objetivas que a determinam.

A luta de classes é “o motor da história”, é a dinâmica que impulsiona o confronto de interesses antagônicos, divergentes, moventes e contraditórios. Apostar na radicalidade democrática é reconhecer que os limites são mutáveis, se suprimem, se deslocam, se suprimem novamente, como sínteses das contradições próprias do capitalismo que podem e devem ser exploradas. Reconhecer que as relações sociais são constituídas por forças em confronto e em conflito é condição para fazer das lutas da classe trabalhadora

espaços de disputa pela hegemonia, é buscar construir a contra hegemonia ao poder burguês dominante.

Somente o fortalecimento dos movimentos sociais populares em sua diversidade, e participação radicalmente democrática nos espaços políticos, com vistas à socialização da política, podem acumular forças e mediar a conquista de direitos como vias de transição para a construção de outra sociabilidade, pois “quem tem consciência para ter coragem, quem tem a força de saber que existe, e no centro da própria engrenagem inventa a contra mola que resiste” (João Apolinário).

OUTUBRO



Não é simples e nem fácil garantir o pluralismo num mundo que nega e tenta permanentemente asfixiar a diversidade, diluir as identidades, as tradições culturais, ou impor discursos falsos, autoritários, violentos e discriminatórios sob o pretexto de uma suposta “liberdade de expressão”. O nazismo e o fascismo do entreguerras mundiais são processos históricos contundentes de sufocamento do pluralismo e concretizaram as mais bárbaras atrocidades institucionais e ideologicamente organizadas e geridas por políticas persecutórias e proibicionistas da diversidade humana, com extermínio massivo de judeus, ciganos, pessoas LGBTQIA+, pessoas com deficiência, e um anticomunismo atroz.

O nazifascismo eclodiu a Segunda Guerra Mundial para conter as lutas da classe trabalhadora e impor um mundo dominado pelo que designava erroneamente como “raça ariana”. A imposição totalitária só vislumbra um mundo, o mundo do capital, da padronização e do “pensamento único”. São essas forças que celebraram efusivamente o fim da União Soviética, bradando que teríamos chegado ao “fim da história”. Hoje, traços fascistas ressurgem vitalizados e/ou disfarçados em discursos pretensamente “democráticos” e “livres de ideologia” para perseguir qualquer força que se contraponha ao domínio de seu projeto societário autoritário e reacionário, reeditados sob novas bases e formas.

A queima de livros não acontece em praças públicas como outrora, mas são inúmeras as tentativas em curso no Brasil de suprimi-los das escolas e bibliotecas. Livros didáticos que pautam os direitos humanos, a diversidade, as questões de gênero e a pluralidade democrática são abolidos das escolas por decisões e/ou decretos

em diversas municipalidades brasileiras governadas pela extrema direita. Docentes e estudantes de universidades são filmados por discentes que se identificam politicamente como de direita e divulgam gravações para “denunciar” o que chamam de “doutrinação de esquerda” em aulas que pautam a história do mundo, a diversidade, os direitos humanos e a pluralidade ideológica. Espaços de cultos de religiões de matriz africana são atacados, queimados e destruídos e fiéis são xingados nas ruas quando portam seus trajes religiosos brancos e Ojás.

Em todos os momentos em que o pluralismo foi atacado, prevaleceu o autoritarismo e o despotismo. Seja em sua expressão político-social ou na produção do conhecimento, o pluralismo defendido em nosso Projeto Ético Político Profissional é a perspectiva da unidade na diversidade, que não se confunde com o pluralismo individualista e corporativista preconizado pelo liberalismo. Defendemos o pluralismo com hegemonia, que dialoga e respeita os diferentes paradigmas teóricos, mas se guia por princípios e valores comprometidos com um projeto societário emancipado do capitalismo e que reconhece a individualidade como inerente à totalidade que nos constitui objetiva e subjetivamente.

Um “pluralismo que realmente reconheça a diversidade e a diferença, não apenas pluralidade ou multiplicidade”, nos termos de Ellen Wood (2011). O pluralismo com hegemonia se pauta na socialização da política e na radicalização democrática das lutas contra todas as expressões autocráticas de preconceito e discriminação que alimentam traços fascizantes nas relações sociais, políticas e profissionais.



O princípio ético em destaque nos impulsiona a explorar com radicalidade democrática essa extremada contradição que se forja e se pereniza na formação social brasileira, calcada na dependência, colonização, escravização e reprodução das desigualdades de classe, gênero, raça- etnia e orientação sexual. O mesmo mês que celebra a Proclamação da República também registra a celebração do dia da consciência negra, uma conquista de movimentos populares negros reconhecida oficialmente bem tardiamente. Somente em 2003 o Brasil aprovou legalmente a inclusão do dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”, e somente em 2024 foi sancionada a Lei que torna esse dia um feriado nacional: “Dia da Consciência Negra e Dia Nacional de Zumbi dos Palmares”.

A data evoca a morte de Zumbi dos Palmares em 1695, a quem é atribuída a frase “Nascer negro é consequência, ser negro é consciência”, e reafirma a resistência negra e a luta pela liberdade e igualdade racial que atravessa séculos da nossa história. Muito antes da Proclamação da República mulheres negras lutaram pela liberdade, contra a maior atrocidade que a humanidade foi capaz de produzir, o regime escravista que perdurou séculos, e ainda hoje alimenta o racismo e viola os direitos humanos. Neste mês, resgatamos a memória de algumas delas, apagadas na historiografia oficial.

A República que se orgulha de estar entre as nações que mais produzem riqueza no mundo, também é a “República da Desigualdade”, que agudiza as distâncias abissais entre ricos e pobres e reproduz dramáticas violações de direitos humanos. Violações motivadas potencialmente pelo racismo e que alcançam majoritariamente as pessoas negras. Ser um dos maiores produtores e exportadores de alimentos no mundo e figurar no Mapa da Fome é violar direitos humanos básicos. Reconhecer legalmente o racismo como crime, mas seguir reproduzindo-o institucional e socialmente é violar direitos humanos. Reproduzir desigualdades estruturais entre pessoas brancas e negras no acesso a trabalho, direitos, moradia, saúde, lazer, educação é violar direitos humanos.

Aquiescer com crimes ambientais que atingem majoritariamente populações negras, periféricas, territórios tradicionais, indígenas, quilombolas e camponeses é violar direitos humanos. As contradições entre a igualdade formal e a desigualdade real não cabem em descrições sumárias. E direitos humanos não se definem e nem se limitam ao estabelecido nas leis. Essas são tão somente a expressão democrática burguesa do que os poderes instituídos

reconhecem. Tal qual os lírios, que “não nascem das leis”, como nos recorda Drummond, os direitos humanos brotam das mãos de homens e mulheres que semeiam sonhos, projetos e lutas.

Defender intransigentemente os direitos humanos em nosso cotidiano profissional é se insurgir contra todas as violações que impedem ou limitam o acesso aos direitos, mas é também ir além e lutar para defender a genericidade humana e a diversidade que nos particulariza como seres múltiplos e diversos. Em nosso princípio, defender direitos humanos é defender a emancipação humana, é cultivar a utopia de um mundo sem exploração e violações, é reverenciar a memória de mulheres que lutaram pela vida e pela liberdade, aqui em destaque.

DEZEMBRO



Liberdade, autonomia, democracia, emancipação, diversidade, direitos humanos, universalidade, cidadania, equidade, justiça social, pluralismo, aprimoramento intelectual, competência profissional, articulação com movimentos sociais, socialização da riqueza, nova ordem societária, são princípios e valores que alinhavam nosso Projeto Ético Político Profissional e guiam nossos compromissos imediatos e mediatos ao longo dessa agenda e da vida. A profundidade de seu significado só pode ser compreendida em sua totalidade e historicidade porque “a lição sabemos de cor... só nos resta aprender”. No passado, foi esse Projeto que, tecido por muitas gerações de bravas e bravos assistentes sociais imbuídos/as nas lutas da classe trabalhadora, alçou o Serviço Social brasileiro ao estatuto legal, teórico, ético e político que conhecemos hoje, com a superação histórica e duríssima de sua genealogia, arraigada a princípios antagônicos aos que nos movem no tempo presente. Por sua bravura e coragem de lutar pelas liberdades e conquistas que podemos viver “muitos se perderam no caminho”, mas construíram e deixaram legados enraizados como sementes que seguem brotando e florescendo utopias e projetos de um porvir emancipatório.

Nesse mês que finda o ano e a gestão “Que Nossas Vozes Ecoem Vida-Liberdade” prestamos homenagem e mulheragem a assistentes sociais que sofreram as brutalidades da ditadura, mas resistiram e seguem vocacionando “vida-liberdade”. Em seu nome ecoamos a memória de todas e todos que se foram e, também, a quem “ainda está aqui” e não abandonou a luta e segue o caminho “enfrentando o rojão”. A processualidade infundável da história nos incita a seguir irrigando as sementes e seus frutos porque “já sonhamos juntos,

semeando as canções no vento”, e agora queremos “ver crescer nossa voz, no que falta sonhar”. E nos falta muito, falta liberdade e democracia reais, falta direitos humanos com diversidade, autonomia e igualdade para todos e todas, falta nos emancipar da exploração e opressões que esmagam nossa plena capacidade de existir. No imediato, regamos nossos princípios e valores com radicalidade democrática na defesa das nossas bandeiras de luta e busca incessante de aprimoramento intelectual e compromisso profissional com a qualidade dos serviços que manejamos profissionalmente em cada dia de trabalho para que os direitos e as políticas sociais se concretizem.

No mediato, cremos nas lutas que a história nos reserva para que o mundo se torne o mundo que sonhamos, porque são os sonhos que nos movem, nos projetam no mundo, mobilizam nossas memórias, despertam emoções e nos possibilitam imaginar futuros. Os sonhos são o antídoto à desesperança, ao conformismo, à quietude paralisante, são o “veneno antimonotonia” que nos impulsiona a sacudir a vida e, também, como alerta o neurocientista Sidarta Ribeiro “precisamos resgatar a capacidade de sonhar de nossos ancestrais, reaprendendo a habitar o espaço onírico com os povos-guardiões de sonho de nosso tempo”. A capacidade de sonhar, mobilizar, organizar, lutar e transformar é exclusiva de homens e mulheres que fazem da memória, da crítica e das convicções a arma da emancipação humana. Esse é nosso convite para o tempo futuro.

CONTATOS CRESS

CRESS 1ª REGIÃO - PA
www.cress-pa.org.br

CRESS 2ª REGIÃO - MA
www.cressma.org.br

CRESS 3ª REGIÃO - CE
www.cress-ce.org.br

CRESS 4ª REGIÃO - PE
www.cresspe.org.br

CRESS 5ª REGIÃO - BA
www.cress-ba.org.br

CRESS 6ª REGIÃO - MG
www.cress-mg.org.br

CRESS 7ª REGIÃO - RJ
www.cressrj.org.br

CRESS 8ª REGIÃO - DF
www.cressdf.org.br

CRESS 9ª REGIÃO - SP
www.cress-sp.org.br

CRESS 10ª REGIÃO - RS
www.cressrs.org.br

CRESS 11ª REGIÃO - PR
www.cresspr.org.br

CRESS 12ª REGIÃO - SC
www.cress-sc.org.br

CRESS 13ª REGIÃO - PB
www.cresspb.org.br

CRESS 14ª REGIÃO - RN
www.cressrn.org.br

CRESS 15ª REGIÃO - AM
www.cress-am.org.br

CRESS 16ª REGIÃO - AL
www.cress16.org.br

CRESS 17ª REGIÃO - ES
www.cress-es.org.br

CRESS 18ª REGIÃO - SE
www.cress-se.org.br

CRESS 19ª REGIÃO - GO
www.cressgoias.org.br

CRESS 20ª REGIÃO - MT
www.cressmt.org.br

CRESS 21ª REGIÃO - MS
www.cress-ms.org.br

CRESS 22ª REGIÃO - PI
www.cresspi.org.br

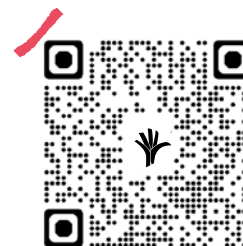
CRESS 23ª REGIÃO - RO
www.cress-ro.org.br

CRESS 24ª REGIÃO - AP
www.cress-ap.com.br

CRESS 25ª REGIÃO - TO
www.cressto.org.br

CRESS - 26ª REGIÃO - AC
www.cress-ac.org.br

CRESS - 27ª REGIÃO - RR
www.cress-rr.org.br/



Escaneie o código com seu celular para acessar os dados completos dos CRESS e Seccionais



Abra o tocador “Spotify” no celular, vá em “buscar” no aplicativo e, no canto superior direito, clique na câmera para escanear este código!

**SIGA O CFESS
NAS PRINCIPAIS
REDES SOCIAIS!**

@CfessOficial



Disponibilizamos também o planejador para computador e fundos de tela!



CFESS
CONSELHO FEDERAL
DE SERVIÇO SOCIAL

www.cfess.org.br